

# EDITORIAL

O presente número da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* é mais um daqueles compostos exclusivamente por artigos selecionados entre os manuscritos submetidos por fluxo contínuo. Sendo objeto de energia considerável por parte de nossos revisores, abrimos esta apresentação registrando nossos mais sinceros agradecimentos a estes colaboradores que vêm oferecendo generosa contribuição ao esforço coletivo de consolidação da Revista da ANPUR no horizonte de elevadas exigências que contextualizam a atividade de editoria científica contemporânea.

O volume 19 | número 1 da RBEUR inicia-se com o texto “ANPUR: articulação acadêmica na construção de agendas de pesquisa, de ensino e de política científica, urbana e regional, 2009-2011”, de **Leila Christina Dias**, que integra a seção especial *Memórias da Presidência*. O texto não só resgata as principais atividades da diretoria da ANPUR entre 2009 e 2011, como também ressalta o papel de articulação acadêmica cumprido pela Associação na construção e na difusão de agendas de pesquisa, de ensino e de política. A este, acrescenta outro e não menos importante papel da ANPUR na divulgação do conhecimento científico produzido no campo dos estudos urbanos e regionais, especialmente a partir da criação de sua Revista, fruto do esforço de sucessivas diretorias da Associação, como a que esteve à sua frente no biênio 2009-2011.

Iniciando a seção de *Artigos*, a partir da valiosa contribuição do corpo de pareceristas, foi possível selecionar nove trabalhos que, embora abordem temas variados, permitem identificar não apenas a recorrência de alguns tópicos que continuam a concentrar a atenção de pesquisadores sob diferentes perspectivas, como a questão fundiária urbana, mesmo passadas três décadas após a promulgação da chamada Constituição Cidadã. Sabendo que esta introduziu, pela primeira vez, capítulos específicos que procuravam equacionar tal questão, os artigos aqui reunidos mostram sua persistente resistência a mudanças e capacidade de se esquivar de controles diversos. De maneira semelhante, os artigos que refletem sobre o problema fundiário no campo e em áreas de fronteira econômica aqui publicados, embora reflitam a partir de fenômenos ocorridos em anos recentes, reiteram essa adversa resiliência característica da formação econômico-territorial brasileira.

O texto “Legitimidade institucional e (des)ordem fundiária urbana”, de **Eliane Alves da Silva e Herbert Rodrigues**, instiga o leitor a refletir – a partir de um outro olhar – sobre os conflitos urbanos decorrentes de processos de reintegração de posse de terrenos, remoções forçadas e ações de despejos de populações desassistidas. Outro olhar porque o papel do Estado nessas disputas é descortinado pelos autores à luz dos conceitos de *legitimacy* (legitimidade), *procedural justice* (justiça procedimental) e *compliance* (cumprimento das regras e normas ou, simplesmente, obediência às leis). Tais escolhas conceituais permitiram aos autores desvendar, por meio da análise de três cenas ocorridas na cidade de São Paulo – compreendidas como episódios de um mesmo roteiro –, a natureza arbitrária dos processos de reassentamento. Mais ainda, permitiram rematar que a única forma de o Estado construir legitimidade nesses processos é por meio de uma justiça procedimental (escuta ativa e tratamento justo, equitativo e respeitoso em relação aos ocupantes). Esse tipo de justiça não esteve presente nos casos por eles discutidos e, assim sendo, enfraqueceu a crença de que as instituições têm autoridade legal. Dito de outra forma, a sua ausência contribuiu para amortecer os laços sociais entre os indivíduos e as autoridades.

Na sequência, o debate sobre a política urbana é enfrentado por **Angela Moulin S. Penalva Santos**, identificada como dimensão que dialoga com a esfera dos direitos sociais consubstanciados na Constituição de 1988. No artigo intitulado “Post-Constitutional Urban Policy: the experience of the Municipality of Rio de Janeiro”, a autora reflete sobre o descompasso entre as elevadas expectativas da

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n1p7>

sociedade civil organizada refletidas no texto constitucional e a incapacidade da política urbana, passadas três décadas, de realizar as transformações esperadas. A questão é contemplada na perspectiva da experiência do município do Rio de Janeiro, a partir de uma interessante reflexão que situa a política urbana como parte das políticas sociais, para a qual contou como principal material uma série de depoimentos colhidos em entrevistas realizadas com diversos urbanistas engajados no debate ao longo desses 30 anos. Argumentando que ao longo do tempo a gestão urbana foi se distanciando da visão de macroplanejamento e de direito à cidade contida na agenda pós-constitucional em favor do que chama de “acupuntura urbana”, a qual se exacerba com a escolha do município para sede dos Jogos Olímpicos de 2016, o artigo sugere que a política urbana seja reconhecida como uma dimensão das políticas sociais e oferece, ao mesmo tempo, um registro histórico de memórias e reflexões de grande relevância, especialmente para as novas gerações de pesquisadores e planejadores.

Sob uma perspectiva histórica, **Clovis Ultramari, Mario Procopiuck e Manoela Massuchetto Jazar** oferecem reflexões – realizadas no âmbito da pesquisa por eles desenvolvida – a respeito do instigante tema da transferência de ideias sobre cidades em distintos níveis temporais e geográficos. O texto “O prefeito Graciliano Ramos pelo olhar da Gestão Urbana contemporânea” fundamenta-se na análise dos relatórios (prestação de contas) da gestão do prefeito Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios, Alagoas, no final dos anos 1920. Para os autores, tais relatórios são considerados como importantes referências – provavelmente à conta da superficialidade, intencional ou não, de como tais referências são feitas contemporaneamente – ao denunciarem uma prática de gestão modelar e, portanto, a ser adotada por gestores municipais da atualidade. Consoante os autores, esses relatórios distanciam-se de prestações de contas com base contábil, revelando o esforço do Prefeito de “[...] aliviar encargos do governador – seu aliado – e da Federação, esforçando-se, diferentemente de outros prefeitos, por realizar obras com recursos municipais.” (p. 82). Não sem razão, o texto conclui pela importância do seu trabalho, porém limitado ao seu tempo histórico e, assim sendo, considerado impróprio para se constituir um exemplo de gestão municipal. Afinal, Graciliano era pouco afeito ao debate político e, nos tempos atuais, a administração pública exige estratégias para garantir a sustentação das ações de governo. Ademais, seu modo de administrar era marcado pela informalidade, inadmissível na gestão urbana de hoje.

Outra implacável lógica de acumulação do capital – a de produção do espaço urbano – é explorada por **Giovana Goretti Feijó de Almeida e Vonja Engel** em “A cidade-mercadoria e o marketing urbano na (re)construção da imagem dos espaços públicos: o caso da marca da cidade do Rio de Janeiro”. Trata-se de uma análise sobre a “cidade-mercadoria” e o *marketing* imprescindível para promovê-la enquanto tal. Como suporte empírico, as pesquisadoras escolheram a estratégia de (re)construção da imagem dos espaços públicos, promovida por meio da marca da cidade do Rio de Janeiro (criada em 2011) e veiculada nacional e internacionalmente como símbolo da sede dos Jogos Olímpicos Rio 2016. A estratégia da gestão local relacionada à marca, além de contemplar parcerias com produtos reconhecidos globalmente (Nestlé, Nikon, etc.), teve desdobramentos junto ao *Google Maps* para que o termo favela fosse retirado de inúmeras comunidades do Rio de Janeiro. Foi dessa forma que essa cidade passou a ser vendida no mercado global, tendo como resultado uma série de investimentos, notadamente os relacionados ao aumento do fluxo turístico. As autoras chamam a atenção para o fato de que a realidade dessa cidade, revelada a partir dessa marca, é significativamente diferente daquela que se apresenta na capital carioca, onde cotidianamente os noticiários veiculam ocorrências de violência e de descaso com as infraestruturas urbanas direcionadas aos seus habitantes de mais baixa renda. Ademais, elas notificam que a crise financeira que se abateu sobre a administração municipal vem comprometendo a imagem (*marketing* urbano) da “cidade maravilhosa”, afetando o processo de (re)construção dos seus espaços públicos.

Com o artigo de **Daiane Marani Gotardo e Jefferson Andronio Ramundo Staduto**, “Polos e áreas de influência: uma proposta de regionalização econômica para o estado do Paraná”, a escala de observação é ampliada da intraurbana para a regional. Sendo o primeiro de quatro artigos do presente

número que abordam essa escala, o trabalho de Gotardo e Staduto inscreve-se no debate recorrente sobre a pertinência de se atualizar as regionalizações disponíveis, desta feita no nível estadual. Afinal, a dinâmica cada vez mais veloz da economia, desde a revolução da microeletrônica e da Internet e a integração global que a ela se seguiu, impulsionam esforços nessa direção. Baseando-se em modelo gravitacional (igualmente intensificado pela microeletrônica e pela Internet), o artigo lança mão do debate sobre critérios e objetivos de regionalização para advogar em favor de “especificidades que melhor representem as relações econômicas que existam em uma determinada área”. (p. 107).

O artigo seguinte, de autoria de **André Cutrim Carvalho**, aborda importante e atual debate em torno dos significados da fronteira econômica numa perspectiva institucionalista. No argumento do artigo “Frontiers and Economic Institutions in Brazil: an approach focused on the new institutional economics”, pode-se reconhecer alguns elementos do arcabouço analítico da chamada Escola Francesa da Regulação, ao associar o desenvolvimento econômico (traduzido para regime de acumulação pelos teóricos regulacionistas) à existência de um “sistema institucional” (modo de regulação, para a escola francesa). Entretanto, Carvalho vai em outra direção e produz uma sólida reflexão crítica de enfoque historiográfico sobre os significados de fronteira econômica, contrapondo as bases institucionais das experiências norte-americana e latino-americana para entender os significados de fronteira específicos para o caso brasileiro, observando particularmente a expansão da ocupação da Amazônia, cujo principal agente – estimulado por ação governamental a partir dos governos militares – foi o grande capital nacional e transnacional. Compreendendo que é o conjunto de instituições formais e informais que faz a mediação das relações econômicas e define os padrões de comportamento dos membros de uma sociedade, o autor conclui defendendo que a fronteira econômica é, em geral, uma relação social de produção e, na Amazônia, tem sido um produto institucional criado pelo Estado, como parte da totalidade da socioeconomia brasileira, cujo aparato legal, quando existente, tende a favorecer o grande capital. Embora não explicita no artigo a dimensão da soberania territorial, o argumento vem em momento oportuno e certamente contribuirá para o debate em torno das implicações do projeto de lei, em gestação pelo governo Temer, que permitirá a venda de vastas extensões de terra do território brasileiro a investidores estrangeiros, especialmente em áreas de fronteira econômica consolidada ou não.

Na sequência, o debate sobre a fronteira econômica é complementado pela discussão mais específica dos conflitos em torno da produção do espaço na Amazônia. **Juliana Mota de Siqueira, Ana Paula Dal’Asta, Silvana Amaral, Maria Isabel Sobral Escada e Antônio Miguel V. Monteiro** – autores do artigo “The Middle and Lower Xingu: the response to the crystallization of different temporalities in the production of regional space” – convidam o leitor a conhecer os diferentes elementos responsáveis pela produção desse espaço, caracterizado também por ser suporte de conflitos em torno da propriedade da terra, nesse caso rural. Para transmitir esse conhecimento, eles empreendem uma análise que articula parte do conhecimento produzido sobre a mencionada região com o discurso de alguns de seus agentes de transformação. Adotam como percurso temporal investigativo a colonização (iniciada no Século XVII), a abertura da Transamazônica (décadas de 1960 e 1970), a intensificação dos conflitos por terra (a partir da década de 1960) e a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (início do Século XXI). Essa trajetória permite aos autores revelar os vários ciclos econômicos nessa região; cada um deles com reflexos socialmente perversos para parcela significativa de populações (indígenas, ribeirinhas e imigrantes sem recursos financeiros), apesar da ação de diversas instituições de defesa desses contingentes populacionais frente às ações de grupos como fazendeiros, grandes empresas (privadas e estatais) e instituições como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O artigo seguinte mantém a atenção do leitor na escala regional e na região Norte do país: “Do Sudeste da Amazônia Legal ao Centro Norte: as transformações econômicas espaciais”. Em que pese deixarem transparecer no texto a ideia de que o desenvolvimento regional intensifica-se com o estabelecimento de uma base econômica orientada ao mercado, os autores **Thiago José Arruda de Oliveira**

e **Moacir Piffer** apresentam um interessante conjunto de evidências, obtidas por meio de cálculo de quocientes locacionais a partir de dados da Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego para o período 2000-2010, sobre a expansão da atividade primário-exportadora na chamada região Centro Norte. Antes, porém, destacam a importância da trajetória histórica de formação dessa região para a construção de seu argumento. Os autores mostram ainda, em contrapartida ao crescimento do agronegócio, a redução de atividades mais tipicamente urbanas nas cidades ali existentes, reafirmando que as demandas pelo comércio de bens e oferta de serviços nessa parte do país, na primeira década do século XXI, têm sido crescentemente supridas por centros urbanos localizados bem longe dali, levantando apreensões com relação a tal modelo de “desenvolvimento”.

Fecha esta sessão do presente número a contribuição de **Blanca Rebeca Ramírez Velázquez**, que enfrenta o debate sobre o planejamento em perspectiva multiescalar com o artigo “Escalas de la planeación y vulnerabilidad territorial en México”. A autora nos transporta para a experiência de planejamento que vem se verificando a partir do final do século passado em seu país. Na sua leitura, o caráter neoliberal das políticas desde então implementadas vem desmantelando os instrumentos anteriormente construídos e promovendo a formação do que chama de Estado de exceção permanente. Na sua linha de argumentação, Ramírez Velázquez identifica um “modelo de desenvolvimento” correlacionado à terciarização da economia, sendo esta focada na sobre-contribuição do setor de turismo no produto nacional, em paralelo a um agudo processo de desindustrialização e à rápida redução das terras agricultáveis. Tal modelo estaria promovendo uma combinação de deterioração ambiental com “desenvolvimento” frágil e dependente – que põe em risco a própria reprodução da base material de produção no país, bem como a reprodução social dos grupos menos favorecidos –, compreendido no campo da vulnerabilidade, em suas dimensões social, ambiental e territorial, que vem se acentuando no tempo e no espaço, e que se expressa em diferentes escalas. Segundo a autora, está assim em curso uma contra-política territorial que converte o modelo de desenvolvimento por substituição de importações por outro que restringe a autossuficiência e a liberdade de ação dos cidadãos e que entrega o planejamento econômico nas escalas local, regional e nacional ao capital internacional. Ramírez Velázquez conclui o artigo reivindicando que tal processo afeta não só os diferentes territórios mexicanos, mas também muitos outros mundo afora, especialmente na América Latina, o que nos leva a estimular estudiosos e profissionais do planejamento territorial a nele investir cuidadosa leitura.

Contraponto marcante a esta problemática experiência mexicana é oferecido aos nossos leitores e leitoras na forma da resenha que encerra o presente número, escrita por **Sarah Feldman** sobre o livro de Virgínia Pontual, *Louis-Joseph Lebreton na América Latina: um exitoso laboratório de experiências em planejamento humanista*. Voltar ao passado, ao contrário de inspirar sentimentos saudosistas, pode representar fonte de inspiração necessária ao enfrentamento dos consideráveis desafios colocados pelo atual processo de desconstrução do papel do Estado enquanto agente produtor de espaço e economia focados no cidadão e na sustentabilidade socioambiental em curso no Brasil e no mundo.

Ana Cristina Fernandes

*Editora Responsável RBEUR* – Universidade Federal de Pernambuco,  
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, PE, Brasil

Norma Lacerda

*Editora Assistente RBEUR* – Universidade Federal de Pernambuco,  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife, PE, Brasil

Tiago Cargnin Gonçalves

*Secretário Executivo RBEUR* – Universidade Federal de Pernambuco,  
Departamento de Ciências Geográficas, Recife, PE, Brasil

Recife, fevereiro de 2017.